



Lula, com o candidato a vice e companheiros e parlamentares do PT, participa de caminhada no centro de São Paulo, no início do período de propaganda da campanha

Programa de Governo propõe crescimento com justiça social

EVENTO NA CÂMARA DOS DEPUTADOS, EM BRASÍLIA, LANÇA TAMBÉM DOCUMENTO SOBRE CRIAÇÃO DE EMPREGOS

O candidato à Presidência da República Luiz Inácio Lula da Silva divulgou no dia 23 de julho, na Câmara dos Deputados, em Brasília, o Programa de Governo da Coligação Lula Presidente (PT-PL-PCdoB-PMN-PCB). O resgate do crescimento econômico é o eixo definidor do programa, concluído depois de seis meses de trabalho intensivo, consultas e reuniões com centenas de intelectuais, políticos, entidades da sociedade civil, sindicatos de empresários e trabalhadores.

O texto, porém, não representa um ponto final no processo. "Não é imutável, ao contrário. Trata-se de um pontapé com o qual

pretendemos ampliar as discussões, aperfeiçoar propostas e aprofundar diretrizes", explicou Antonio Palocci, coordenador do programa.

O documento "Mais e Melhores Empregos 2002" — primeiro de uma série de cadernos temáticos que complementam o Programa de Governo — também foi apresentado na ocasião.

O caderno propõe mecanismos para atingir a meta de criação de 10 milhões de empregos até 2006 e destaca a necessidade de o país crescer 5% ao ano, para mudar o cenário de desemprego dos últimos oito anos. **Págs. 4 e 5**

Lula destaca soberania

Na apresentação de seu programa, Lula criticou o legado de FHC, que engessou a capacidade produtiva e transformou a vulnerabilidade externa no principal interlocutor da

política econômica. "Uma vez na Presidência, quem vai orientar os destinos do Brasil será o governo — e o povo. Sem ingerência de organismos internacionais". Leia a íntegra. **Pág. 6**



Lula e o seu candidato a vice, José Alencar, participam de ato em frente ao prédio da Sudene, em Recife

Comícios reúnem mais de 100 mil

O candidato petista à Presidência, Luiz Inácio Lula da Silva, reuniu mais de 100 mil pessoas desde que iniciou oficialmente a agenda de comícios pelo Brasil, no dia 8 de julho, em Goiânia (GO). Passou por Fortaleza, João Pessoa, Aracaju e Recife — onde participou do maior ato político da atual campanha presidencial.

Em Recife, Lula e o candidato a vice, senador José Alencar, participaram de um ato político de desagravo a um dos

símbolos mais fortes da história econômica e social do Nordeste: a Sudene (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste) — não a Sudene corrompida, mas aquela dos fundamentos que orientaram sua criação.

Lula e Alencar visitaram também cidades de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, nas quais discutiram propostas para alguns setores, como a cafeicultura e a agricultura familiar. **Pág. 3**



Boneco do candidato petista se destaca na manifestação realizada em Recife

ONU elogia Porto Alegre em relatório

O Relatório de Desenvolvimento Humano da ONU, divulgado na última semana, cita o Orçamento Participativo de Porto Alegre (RS) como exemplo de sucesso na democratização dos serviços públicos. O modo petista de governar também foi coroado uma semana antes, quando o prefeito de Concórdia (SC), Neodi Saretta, recebeu o prêmio por melhor gestão fiscal em municípios com mais de 50 mil habitantes. **Pág. 8**

O P I N I Ã O

Programa reflete luta e experiência

O Programa de Governo-2002, apresentado no dia 23 de julho em Brasília, não é apenas um trabalho de militantes, acadêmicos, parlamentares, governadores, prefeitos, dos partidos que colaboraram para a sua construção desse programa.

O programa representa um pouco de nossas vidas. Representa o que nosso povo, nessas últimas décadas, construiu como alternativa para o Brasil. Foi construído pelos sem-teto, que quando começaram a lutar, só queriam o direito a casa, mas hoje governam cidades e constroem sonhos. Porque sem-terra, sem-teto, estudantes, trabalhadores, empresários, donas-de-casa, as mulheres, os artistas, que antes só votavam — ou melhor, nem direito a voto tinham, porque a ditadura nos cassou esse direito —, hoje governam, dirigem cidades e Estados.

E querem governar o Brasil. O Programa de Governo não é fruto só do



nosso conhecimento técnico e científico. É fruto da nossa experiência de lutas sociais, de mandatos parlamentares, de lutas sindicais e populares, da nossa experiência de governo. É fruto da academia e das instituições político-partidárias. Mas é parte daquilo que o nosso povo construiu.

É uma nova coalizão, é uma nova maioria que se forma no Brasil, que quer antes de mais nada retomar o Brasil para os brasileiros e as brasileiras. Devolver a nós a soberania e a autonomia para tomar decisões sobre o futuro do nosso povo e do país.

Nosso povo já deu prova, nessas últimas décadas, da

sua capacidade de lutar, de construir novas realidades. E nós vivemos essas lutas do nosso povo, que é muito melhor que nossa elite.

Mas nós precisamos mais do que a esquerda, mais do que os movimentos populares e sindicais. Estamos vivendo uma grande crise internacional. Está claro que o mundo vai passar por momentos difíceis. Está evidente no horizonte que nós poderemos ter guerras. Está evidente que esse sistema político e econômico que foi construído a partir do Consenso de Washington vai entrar em crise.

Infelizmente, pela primeira vez nos últimos cem anos da nossa história, o destino do Brasil foi atrelado a essa situação internacional, a esses interesses que dominam hoje o mundo. Pela primeira vez uma elite política empresarial que governa o Brasil deu as costas para o país. Perdeu o senso do Brasil e de um projeto de

governo para o país.

Mas nós não temos só que enfrentar esse desafio. Esse desafio exige unidade nacional. E é difícil de ser construído. Mas nós haveremos de consegui-la para governar o Brasil.

Mas não basta defender o Brasil, não basta fazer o Brasil crescer, porque o Brasil já foi defendido e já cresceu várias vezes na sua história. Agora é a hora e a vez do povo.

É preciso fazer nesse país uma revolução social. O povo tem que ter direito de ter acesso às riquezas do país. Temos que fazê-lo com democracia. Esse país já foi governado décadas e décadas sob ditadura e autoritarismo. Para nós não se trata de a coligação Lula Presidente (PT-PCdoB-PL-PMN-PCB) governar o Brasil. Não se trata de governar com apoio de setores do PMDB autêntico, do PMDB popular, do PMDB que estão aqui representados, governar conosco. E nem dos outros

setores oposicionistas que no segundo turno e no governo estarão conosco.

Trata-se de governar com a sociedade. Nós não temos uma concepção de que o Estado ou os partidos vão resolver os problemas do Brasil. Nós nascemos e crescemos acreditando que a sociedade brasileira e o povo brasileiro têm capacidade para se autogovernar e para dirigir os destinos do país.

Esse é o nosso compromisso. Por isso que essa representação aqui, de muitos e muitas que estão aqui, que não são filiados aos nossos partidos, que nem sequer concordam totalmente com nossas propostas, mas que vêm aqui num gesto de boa vontade porque sabem que Lula e José Alencar querem unir todos os homens e mulheres de boa vontade para combater a pobreza e a corrupção e para retomar o desenvolvimento nacional.

Esse programa tem o sonho da terra de Margarida

Alves, que deu sua vida na luta pela terra, tem o sonho da cidade fraterna de Toninho e Celso Daniel, o sonho do Brasil verde, do Brasil amazônico de Chico Mendes, o sonho do mundo do trabalho igual de Manuel Fiel Filho, o sonho de Honestino Guimarães. O sonho alegre de liberdade de Carlito Maia, o sonho de cidadania de Paulo Freire, o sonho artista de Henfil, o sonho da civilização brasileira de Sérgio Buarque de Holanda, o sonho do mundo fraterno e solidário de Mario Pedrosa.

Meus companheiros e minhas companheiras, sem sonhos, sem esperança de liberdade, igualdade e fraternidade não se constrói um mundo novo e um outro Brasil. Nós somos herdeiros desses sonhos, reivindicamos essa herança e não vamos renunciar a ela. Vamos à luta para eleger Lula.

José Dirceu

é presidente nacional do PT e deputado federal

ELEIÇÕES

Confira os candidatos aos governos estaduais e ao Senado

UF	Governador (a)		Vice	
AC	Jorge Viana*	PT	Arnobio Marques	PT
AL	Judson Cabral	PT	Flavia Lima	PT
AM	João Pedro	PT	Antonio Arruda	PMN
AP	Dalva Figueiredo*	PT	Ivanci Magno	PT
BA	Jaques Wagner	PT	Nilza Lima	PT
CE	José Airton Cirillo	PT	Mariano Araújo de Freitas	PCdoB
DF	Geraldo Magela	PT	Katea Puttini	PT
ES	(1)			
GO	Marina Santana	PT	Arquicelso Bites Leão Leite	PT
MA	Raimundo Monteiro	PT	Wilio Oliveira	PT
MG	Nilmário Miranda	PT	Danusa Bias Fortes	PL
MS	Zeca do PT*	PT	Egon Krakchecke	PT
MT	Alexandre César	PT	Enelinda Maria dos Santos	PT
PA	Maria do Carmo Martins Lima	PT	Frederico Braun	PL
PB	Avenzoar Arruda	PT	Carlos Pedrosa	PL
PE	Humberto Costa	PT	Paulo Antonio Gomes Dantas	PCdoB
PI	Wellington Dias	PT	Osmar Junior	PCdoB
PR	Padre Roque	PT	Emerson Nerone	PHS
RJ	Benedita da Silva*	PT	Luiz Eduardo Soares	PT
RN	Rui Pereira	PT	José de Anchieta Ferreira Lopes	PCdoB
RO	(2)			
RR	(3)			
RS	Tarso Genro**	PT	Miguel Rosseto	PT
SC	José Fritsch	PT	Luiz Carlos Nemetz	PT
SE	José Eduardo Dutra	PT	Maria Conceição Vieira Santos	PT
SP	José Genoio	PT	Luiz Marinho	PT
TO	Valdenor Rodrigues de Lisboa (4)	PT	Neiçon Gomes de Souza	PT

* Candidatos(as) à reeleição ** O atual governador é do PT (Olívio Dutra)
O partido apóia informalmente: (1) Max Mauro (PTB); (2) Acir Gurgacz (PDT); (3) Flamarion Portela (PSL); (4) Freire Júnior (PMDB)

UF	Senador(a) 1		Senador(a) 2	
AC	Marina Silva	PT	Geraldo Mesquita*	PSB
AL	Eduardo Bonfim	PCdoB	Ildo Rafael	PMN
AM	Lucia Regina Antony	PCdoB	**	
AP	Lourival Freitas	PT	**	
BA	Waldir Pires	PT	Haroldo Lima	PCdoB
CE	Mario Mamede Filho	PT	Gelson Ferraz de Medeiros	PL
DF	Christovam Buarque	PT	Fredo Ebling Junior	PCdoB
ES	João Cóser	PT	Magno Malta	PL
GO	Clélia Brandão	PT	Martiniano Cavalcanti	PV
MA	Haroldo Sabóia	PT	**	
MG	Tilden Santiago	PT	**	
MS	Delcídio do Amaral	PT	**	
MT	Serys Silhassarenko	PT	**	
PA	Ana Julia Carepa	PT	Neuton Miranda Sobrinho	PCdoB
PB	Simão Almeida	PCdoB	Ligia Feliciano	PSC
PE	Dilson de Moura Peixoto Filho	PT	Carlos Wilson*	PTB
PI	Roberto John	PT	Pastor Macedo	PMN
PR	Edesio Passos	PT	Flávio Arns	PT
RJ	Edson Santos	PT	**	
RN	José Marcelo de Souza	PT	Hugo Manso Júnior	PT
RO	Fátima Cleide	PT	Euripedes Miranda*	PDT
RR	Getulio Cruz	PT	**	
RS	Emilia Fernandes	PT	Paulo Paim	PT
SC	Milton Mendes	PT	Ideli Salvatti	PT
SE	João Augusto Gama	PMN	Antonio Carlos Valadares*	PSB
SP	Aloizio Mercadante	PT	Wagner Gomes	PCdoB
TO	Divina Herly de Carvalho Santos	PT	Tenente Célio* Raul Filho*	PSB PPS

* Contam com apoio informal do PT

** Vago

Fonte: Sorg

Correções

Foram trocados os créditos de fotos publicadas na pág. 8 do PT Notícias-

118. A foto de Marta é de Cesar Ogata e a da passeata em São Paulo, de Roberto Parizotti. Na capa da mesma edição, foi dito

incorretamente que as eleições para o Senado são proporcionais — na verdade, são majoritárias. Na edição 119, foram cometidos dois

erros de digitação no texto de Carlito Maia: “luta” em vez de chuta (1º parágrafo) e “negemônico” em vez de hegemônico (4º parágrafo).

Juventude

A Secretaria Nacional de Juventude do PT comemora a criação de cerca de 50

comitês nesta campanha. Interessados em criar comitês devem ligar para (11) 3243-1338 ou escrever para juventude@pt.org.br



CUPOM DE assinatura

O PT Notícias é o jornal quinzenal do Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores. A partir de agora, algumas notícias e matérias da última edição serão disponibilizadas no Portal do PT.

No site, os internautas terão uma pequena amostra da edição do jornal, já que o mesmo é distribuído por meio de assinatura anual.

PARA FAZER A SUA ASSINATURA:

- 1) Cheque nominal à Editora Fundação Perseu Abramo.
 2) Depósito bancário nominal à Editora Fundação Perseu Abramo: Banco do Brasil C/C 2241-1 Agência 3323-5 (Enviar junto com o cupom preenchido cópia do comprovante de depósito)
 3) Cobrança bancária.
 4) Cartão de crédito:
 Visa Mastercard Dinners
 Número do cartão: _____
 Data de validade: ____/____/____

Assinatura anual: R\$ 50,00

Sim, eu quero assinar o PTnotícias

Nome _____

Endereço _____

Profissão _____ Tel _____

CEP _____ Cidade _____

Estado _____ CPF _____

E-mail _____

Sexo: Masculino Feminino

Filiado ao PT: Sim Não

Departamento de Assinaturas da Fundação Perseu Abramo
 Rua Francisco Cruz, 234 – Vila Mariana
 CEP 04117-091 - São Paulo – SP
 Tel.: (11)5571-4299 Ramal 44 - Fax: (11)5571-0910

EXPEDIENTE

PTnotícias

ORGÃO DO DIRETÓRIO NACIONAL DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

PRESIDENTE NACIONAL DO PT
José Dirceu

APOIO ADMINISTRATIVO
Ana Troccoli

SECRETÁRIO NACIONAL
DE COMUNICAÇÃO
Ozeas Duarte

ILUSTRAÇÕES
Vicente Mendonça

SEDE

Rua Silveira Martins, 132,
São Paulo, SP, CEP 01019-000
Tel.: (011) 3243-1313
Fax: (011) 3243-1349
E-mail: ptnot@pt.org.br
Página na internet: www.pt.org.br

EDIÇÃO
Ralph Machado - MTb 21.131

REDAÇÃO
Claudio Cezar Xavier, Priscila Lambert
e Walter Venturini

DIAGRAMAÇÃO
Sandra Luiz Alves

Tiragem: 8.000 exemplares
Fotolitos e impressão: Artpress

ELEIÇÕES

Lula reúne milhares em comícios

Encontros discutem propostas

Luiz Inácio Lula da Silva e José Alencar fizeram juntos, entre os dias 20 e 21 de julho, a primeira viagem da campanha pelo interior de Minas Gerais, visitando Varginha e Divinópolis.

Em Varginha, a visita incluiu encontro com políticos e reunião com cafeicultores, na qual Lula discutiu políticas específicas para o café (como, por exemplo, medidas que poderiam estimular o aumento do valor agregado das exportações). O Brasil ainda é o maior produtor de café do mundo, mas exporta a maior parte "in natura", obtendo receitas menores do que poderia atingir. Em Divinópolis, Lula e comitiva tiveram encontro com empresários da Associação Comercial e Industrial.

No dia 25, Lula seguiu para Chapecó, no oeste catarinense. A cidade está na segunda gestão petista — o prefeito José Fritsch é o candidato ao governo de Santa Catarina — que, durante este período, implantou 52 agroindústrias familiares na área rural. Lá, Lula participou de um encontro com mais de 5.000 agricultores familiares da região Sul. No último fim-de-semana, os candidatos fizeram campanha em São Paulo. (CC/PL)



Lula se emociona durante visita à fábrica da Volkswagen em São Bernardo do Campo, no dia 19 de julho

Petista chora ao visitar Volkswagen

O candidato do PT à Presidência, Luiz Inácio Lula da Silva, se emocionou ao visitar, no dia 19 de julho, a fábrica da Volkswagen em São Bernardo do Campo, na Grande São Paulo. Lula se

reuniu com diretores da montadora e visitou a linha de montagem, onde conversou com os trabalhadores.

Acompanhado de seu candidato a vice, o senador

José Alencar (PL-MG), Lula chorou quando recordou junto aos trabalhadores o período em que era metalúrgico e sindicalista. "Quando cheguei aqui, minha cabeça

girou e eu me lembrei de 1978, quando entrar na fábrica era difícil", contou. Ele recordou ainda que os sindicalistas tinham de esconder boletins do sindicato nas meias. (PL)

DIÁRIO DE VIAGEM

Uma legenda chamada Galiléia

Era um encontro secreto. No casebre próximo ao córrego do Cu do Boi, sombras e silhuetas de vozes contidas e gestos curtos misturavam-se na noite enluarada da Zona da Mata pernambucana. O ano é o longínquo 1955; o mês, fevereiro. José Joaquim da Silva, o Zito, hoje com 54 anos, lembra exatamente como foi. "Eu vi nascer a luta do engenho da Galiléia sentado na perna do David Capistrano (militante comunista na época). Ele e outros líderes, como Zé Reis e o Gregório Bezerra vinham aqui. Meu avô, o Zezé da Galiléia, era uma espécie de cicerone. Pessoas de peso e de medida, convidadas pelo Zé Prazeres, administrador de uma dessas terras mas homem bom".

O que ficou gravado nas retinas do menino de 7 anos foi o engatinhar da primeira experiência bem sucedida de luta agrária no extremado caldeirão do Nordeste. Hoje, ainda, é nele que se concentra um

número recorde de brasileiros — 1,8 milhão de famílias — com problemas de acesso à terra (desde a ausência dela até prisão em minifúndios inviáveis).

O Engenho da Galiléia, distante 130 quilômetros de Recife, no município de Vitória de Santo Antão, entrou para a história como um divisor de águas desse debate ainda atual, mas até então desconhecido no Brasil: o desafio da reforma agrária. Em 1959, quatro anos após o início da luta, os 503 hectares da Galiléia foram desapropriados pelo governador Cid Sampaio e transferidos a uma associação de seus moradores.

Passados 43 anos, os bisavós do sindicalismo rural brasileiro padecem ainda de deficiências de infra-estrutura idênticas às reclamadas por boa parte das famílias recém-assentadas pelo governo federal. "Somos quase 1.500 moradores. Aqui não tem telefone. As estradas



Casa e morador do Engenho da Galiléia (PE)

internas estão destruídas. Não temos crédito. Falta financiamento para construção de casas. Não há postos de saúde. A extensão rural da região tem três agrônomos para cinco municípios. Ou seja, ele nunca chega aqui", reclama Cícero Anastácio, 70 anos, frequentador assíduo das reuniões comemoradas por Zito. Como a maioria dos produtores da Galiléia, seu Cicho cultiva hortaliças, embarcadas duas vezes por semana para a Ceasa de Recife. "A renda da verdura não passa de um a

dois salários mínimos por família. A gente pede há anos um estudo de vocação agrícola para diversificar a produção. O terreno aqui não presta para cana porque é montanhoso e pedregoso. Mas pode ser bom para fruteiras. Queríamos também retomar projetos de confecção que o Arraes iniciou no governo dele, mas depois foram esquecidos", espeta o presidente atual da associação dos galileus, Manuel Antonio de Lira.

Mesmo desolados com o abandono em que se



encontram, os pioneiros da reforma agrária brasileira não se arrependem da luta. "Foi sacrificioso, mas hoje somos homens livres. Os poderosos fizeram de tudo para enterrar a Galiléia no fracasso e no esquecimento, mas nosso exemplo se espalhou pelo Brasil e escancarou a injustiça da terra", orgulha-se Heleno de Barros, 77, testemunha ocular da história. (Claudio Cerri)

Claudio Cerri, da campanha Lula Presidente

Desde que iniciou oficialmente a agenda de comícios pelo Brasil, no dia 8 de julho, em Goiânia (GO), Luiz Inácio Lula da Silva já falou para mais de 100 mil pessoas em seis capitais, diferenciando sua campanha da de outros candidatos que se restringem a uma agenda de encontros reservados e reuniões secretas com banqueiros e lideranças do conservadorismo.

No Nordeste, seja em palanques ou em entrevistas à imprensa, Lula delimitou o espaço de sua candidatura: o das ruas. E a natureza de seu discurso: o da oposição responsável e autêntica.

Além de Goiânia, onde discursou para 30 mil pessoas, Lula falou para grandes concentrações em Fortaleza, João Pessoa, Aracaju e Recife. Mas o encontro com os eleitores da capital pernambucana foi, sem dúvida, o maior ato político da atual campanha presidencial brasileira.

A acolhida popular a Lula reuniu mais de 30 mil pessoas pelas ruas do centro, até o Marco Zero da capital pernambucana. A empolgação surpreendeu até os organizadores pela grande adesão a um ato de meio de semana, precedido de um feriado municipal.

Foguetes, aplausos, papel picado e um mar de bandeiras tremulantes marcaram todo o trajeto de mais de quatro quilômetros de caminhada por Recife. A cada quarteirão novos contingentes aderiam ao cortejo animado por trio elétrico, fogos e um boneco gigante de Lula, artesanato tradicional pernambucano que não poderia faltar numa festa popular como essa.

Seja nos comícios ou em entrevistas, a passagem de Lula pelo Nordeste serviu também para reafirmar alguns temas referenciais da sua campanha. O destaque principal é o resgate da questão nacional, a necessidade de se repensar o país e atualizar a agenda do desenvolvimento no cenário da globalização.

Ainda em Recife, Lula e o senador José Alencar participaram de um ato político de desagravo a um dos símbolos mais fortes da história econômica e social do Nordeste: a Sudene (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste). Os candidatos ressaltaram que não foi um desagravo à Sudene corrompida e desvirtuada de seus objetivos, mas sim, às idéias e fundamentos que orientaram sua criação, encomendada a Celso Furtado, no final dos anos 50, pelo então presidente Juscelino Kubitschek.

"Não quero fazer promessas para quatro anos, mas o Brasil tem que recuperar órgãos como a Sudene para resgatar o planejamento público e viabilizar grandes projetos de desenvolvimento nacional", disse Lula.

PROGRAMA DE GOVERNO

Lula elege meta para criação de empregos

DOCUMENTO LANÇADO EM BRASÍLIA DISCUTE A POSSIBILIDADE DE GERAR NOVAS VAGAS NO MERCADO DE TRABALHO ATÉ 2006

Ao discursar no ato de apresentação do Programa de Governo do PT no último dia 23 de julho, em Brasília, o candidato à Presidência Luiz Inácio Lula da Silva afirmou que criar empregos será sua obsessão nos próximos quatro anos, caso eleito. O documento "Mais e Melhores Empregos-2002", parte integrante do Programa de Governo do candidato, indica como seria possível fazer com que o país gere algo em torno de 10 milhões de postos de trabalho até 2006.

O número baseia-se nos seguintes indicadores: crescimento de 5% do PIB ao ano (criação de 5,33 milhões de empregos); redução da jornada de trabalho e horas extras (3,2 milhões) e padrão de gastos públicos (1,47 milhão).

"Vamos perseguir esta meta. Não estamos prometendo. Estamos dizendo que vamos montar uma nova lógica econômica para chegar lá. Tudo depende da velocidade de implantação do programa", afirma o coordenador do programa de governo, prefeito Antonio Palocci.

O caderno "Mais e Melhores Empregos-2002" apresenta os 13 desafios principais de um eventual governo Lula, seguidos de propostas estratégicas para enfrentá-los. Leia um resumo a seguir.

1. O baixo crescimento da economia tem ampliado o desemprego

De 1995 até 2001, a taxa média de crescimento da economia foi de 2,3%. Como a população tem crescido a uma taxa de 1,3% ao ano e a produtividade média da economia a 2,4%, a média do crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) nesse período deveria ter sido de 4% para gerar empregos suficientes.

Proposta: Toda a política econômica será concebida para viabilizar um crescimento médio de pelo menos 5%.

2. Crescimento de 5% ao ano não é suficiente para gerar empregos necessários

Propostas: redução constitucional da jornada de trabalho para 40 horas semanais, sem redução de salários; redução das horas extras; combate à imposição ilegal de horas extras não pagas; estímulo aos acordos setoriais para manter ou elevar os postos de trabalho; promover programas emergenciais de emprego, incluindo as frentes de trabalho.

3. Abertura dos anos 90 cortou 2 milhões de empregos

Propostas: realizar política agressiva de promoção de exportações; promover políticas de incentivo à substituição competitiva de importações; adotar políticas de salvaguardas, anti-dumping e de reciprocidade no comércio exterior brasileiro.

4. Juros altos prejudicaram crescimento e geração de empregos

Propostas: criar condições macroeconômicas e tributárias para a redução sustentada da taxa básica de juros e da taxa de juros de longo prazo; desonerar a tributação excessiva sobre a formação de capital fixo.

5. Processo de privatização cortou milhares de empregos

Propostas: fiscalizar a fiscalização das agências de regulação no sentido de exigir as metas de investimentos e produção contratadas na privatização; retirar obstáculos impostos pela gestão da política econômica para os investimentos das estatais.

6. Há 2,5 milhões de crianças e adolescentes no mercado de trabalho

Propostas: transformar o Programa Bolsa-Escola em efetiva transferência de renda para as famílias pobres que mantenham suas crianças na escola;

intensificar a fiscalização realizada pelos Ministérios do Trabalho e da Justiça.

7. Há 3,2 milhões de idosos no mercado de trabalho

Proposta: construir um regime previdenciário sustentável para garantir aposentadoria digna, com o estímulo à previdência complementar.

8. Taxa de desemprego de jovens é superior a 25%

Propostas: criar o Programa Nacional de Incentivo à contratação de jovens com ensino médio completo; combater a evasão escolar no segundo grau, oferecendo bolsa-escola ou programas de estágio comunitário remunerado.

9. Retomada do crescimento poderá ampliar êxodo dos campo para cidade

Propostas: implantar um Plano Nacional de Reforma Agrária; implantar o Programa Fome Zero; criar uma política de desenvolvimento rural que amplie o acesso à infraestrutura e aos serviços básicos; ampliar as políticas de apoio à agricultura familiar; ampliar áreas irrigadas para agricultura; diversificar a pauta de exportações, incentivando maior valor agregado nos produtos agropecuários; implantar uma política nacional de apoio ao cooperativismo, especialmente ao de crédito, produção e comercialização.

10. Pessoas com mais de 40 anos têm muita dificuldade para retornar ao mercado de trabalho

Propostas: promover programas de combate à discriminação no trabalho e no recrutamento de trabalhadores; ampliar a cobertura do seguro-desemprego segundo faixas etárias; ampliar os programas de requalificação profissional; implantar

programas que assegurem igualdade de oportunidades e ações afirmativas; desenvolver programas de profissionalização e geração de renda.

11. Tempo médio de procura de emprego é de 12 meses e cobertura do seguro-desemprego é de 5 meses

Propostas: ampliar a multa do FGTS para as empresas que apresentam índices de rotatividade 20% superior à média do setor; ampliar a cobertura do seguro-desemprego para 8 meses, podendo chegar a 12; ampliar e fomentar o sistema de intermediação de mão-de-obra via internet, além de estabelecer convênios com entidades sindicais para operação de terminais públicos de acesso ao sistema de intermediação via internet.

12. Mudanças estruturais na década de 90 geraram um novo contingente de excluídos que não serão incorporados apenas com políticas de crescimento econômico

Propostas: instituir o Fórum Nacional de Trabalho, de caráter tripartite e permanente, reconhecendo-se as centrais sindicais como representantes legais dos trabalhadores. O programa prevê negociar com o fórum a modernização da CLT.

13. A desigualdade na inserção das mulheres no mercado de trabalho permanece

Propostas: fiscalizar a contratação com carteira de trabalho; ampliar o número de creches e pré-escolas públicas; implantar o Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher; garantir titulação de terras a mulheres chefes de família e solteiras na reforma agrária; garantir o acesso ao crédito e assistência técnica; priorizar a moradia em nome das mulheres casadas não legalmente ou em regime de separação de bens. (Priscila Lambert)



O candidato Luiz Inácio Lula da Silva, da coligação PT-PCdoB-PL-PMN-PCB, discursa durante a apresentação, em Brasília, do Programa de Governo



Dirceu, presidente do PT e coordenador da campanha



Aguinaldo Pataxó fala no evento, diante de Lula (dir.)

Brasil exige esforço exportador, diz Palocci

Claudio Cerri, da campanha Lula Presidente

"A âncora de nosso governo será o crescimento com justiça social", resumiu o coordenador do Programa de Governo do PT, Antônio Palocci Filho — que é também prefeito de Ribeirão Preto (SP).

De acordo com ele, "o Brasil não pode se erguer sem esforço exportador" e, para isso, é necessário de início desonerar as exportações para, em um momento posterior, investir em ciência e tecnologia através de políticas públicas em por meio de parcerias com empresas e comunidade científica. Leia a seguir a íntegra da entrevista.

O programa resgata a necessidade de um projeto de desenvolvimento nacional. Qual a diferença entre esse projeto e o nacional-desenvolvimentismo dos anos 50/60 e 70?

A diferença fundamental é a prioridade dada à questão social. Ou seja, a inclusão, algo com o que o nacional-desenvolvimentismo nunca se preocupou. Isso pressupõe romper com a excessiva dependência externa e com a concentração de renda. A dimensão social é o motor do modelo de crescimento que vamos implantar no país.

Mas o cenário externo hoje é mais difícil também...

É. Por isso o programa destaca a necessidade de a economia ganhar competitividade externa. Precisamos criar um ambiente que leve a um aumento constante de competitividade. O regime de câmbio flutuante é relevante, mas insuficiente. O Brasil não pode se erguer sem esforço exportador. Para isso precisa investir em ciência e tecnologia através de políticas públicas em parceria com empresas e com a comunidade científica. Mas de saída, é fundamental desonerar as exportações.

Por que fortalecer o comércio exterior é tão importante?

A transição entre o modelo atual e o nosso, de retomada do crescimento com justiça social, não pode gerar vácuo. Temos que apontar claramente a trajetória de mudança entre uma lógica e outra. A

balança comercial é estratégica af. É vital reduzir a vulnerabilidade externa e a dependência frente a novos empréstimos para fechar as contas. Se você não fortalecer a balança comercial você não consegue desmontar esse modelo de subordinação ao exterior.

Como conseguir isso a curto prazo já que ampliar a competitividade tecnológica demora?

Vamos desonerar as exportações do ponto de vista tributário. Além disso vamos adotar uma política agressiva de comércio exterior. Vamos, simultaneamente, investir em substituição de importações para reduzir pressões que inibem o crescimento. Mas isso demora. O importante são esses dois sinais imediatos: menos tributos às exportações e maior agressividade diplomática. O acordo lê o futuro. Se perceber firmeza e consistência nessa largada, incorpora a nova lógica.

Como o novo modelo poderá gerar empregos a curto prazo sem pressionar as contas externas?

Vamos priorizar duas áreas cuja cadeia tem baixo coeficiente de importações: a da construção civil e a de saneamento. Há recursos para isso. Você tem vários fundos com recursos abundantes. Além disso, o BNDES, por exemplo, tem R\$ 30 bilhões para investir.

Mas sua prioridade tem sido setores que pressionam as importações, como telefonia. Vamos estabelecer novas prioridades.

Isso é suficiente para ativar o mercado interno?

Não é suficiente. Você tem que agir sobre a distribuição de renda ou nada muda. O Brasil teve períodos de crescimento de 7% ao ano, antes do modelo neoliberal adotado por FHC. Mas não foram atacados os pilares da desigualdade. Só o mercado e a economia não resolvem. Você tem que adotar o compromisso da prioridade social. O social não entra aqui como uma questão secundária. É prioritária.

De imediato, como atacar a desigualdade?

Vamos dobrar o poder aquisitivo do salário mínimo em quatro anos. Vamos desonerar a tributação sobre os assalariados. E vamos unificar todos os programas sociais para aumentar sua

eficiência e abrangência. Está prevista a criação de um Conselho Nacional de Desenvolvimento Social. Hoje temos políticas sobrepostas e focais. O conselho permitirá uma maior racionalidade. Sou prefeito, sei que a dispersão atual é enorme. As prefeituras recebem vários cadastros de programas distintos como Bolsa Escola, Vale gás etc. Resultado: algumas famílias recebem vários benefícios; outras não recebem nenhum. Está tudo disperso pelos ministérios e ninguém coordena.

Depois de abandonar a âncora cambial em 1999, o governo adotou a âncora fiscal, o superávit primário. Como desmontar esse torniquete que impede o investimento público?

A lógica do superávit primário engessa o governo e inviabiliza políticas públicas. Claro que há uma transição e vamos manter as metas de equilíbrio. Mas essa lógica tem que ser desmontada. É uma armadilha tão perniciosa quanto a âncora cambial. A meta de 3,75% de superávit para 2003, por exemplo, dificilmente será alcançada no âmbito orçamentário.

Pode exigir medidas tributárias adicionais. É um círculo vicioso infernal que garroteia a capacidade de investimento público.

Como escapar dele?

A retomada do crescimento, com fortalecimento das exportações é a única saída do Brasil. Desse modo você injeta maior sustentabilidade à economia e a dívida interna vai se alongar naturalmente.

Qual a meta de crescimento perseguida pelo programa?

Temos que crescer 5% ao ano. Isso vai gerar empregos. Além disso, a redução nas horas de trabalho, para turnos de 40 horas semanais, pode agregar mais três milhões de empregos. Os investimentos em habitação e saneamento devem gerar mais 1,5 milhão de vagas por ano. Vamos perseguir a meta de criar dez milhões de empregos. Não estamos prometendo. Estamos dizendo que vamos montar uma nova lógica econômica para chegar lá. Tudo depende da velocidade de implantação do programa.

Na prática, como essas mudanças vão se viabilizar politicamente?

O substrato político que imaginamos é uma rede de novos compromissos sociais. Um novo contrato social nascerá dessa rede de fóruns de negociação envolvendo governo, empresários, trabalhadores e entidades representativas. Essa prática vai legitimar novos laços de solidariedade, vai consolidar um novo estatuto de país. Além disso, vamos definir as bases para cinco grandes reformas: a da previdência, trabalhista, política, agrária e tributária. A chave é negociar novos compromissos para resgatar o Brasil para os brasileiros.



Palocci, coordenador do Programa de Governo-2002

PROGRAMA DE GOVERNO

Leia íntegra do discurso de Lula

Há trinta anos percorro o Brasil, como tenho feito nas últimas semanas. Dos pampas gaúchos ao agreste nordestino. Da árida periferia paulistana aos caminhos úmidos do Pantanal e da Amazônia. Sinto que os sofrimentos do dia-a-dia não quebraram as energias populares, como se pode verificar nas comemorações por nossa vitória na Copa do Mundo.

O otimismo do povo persiste, apesar de todo o ambiente de crise que se vê na televisão, no rádio e na imprensa escrita. Os brasileiros que vivem com os pés bem plantados no chão da pátria acreditam que o Brasil tem todas as condições de superar as suas dificuldades e dar uma arrancada em direção a um futuro de crescimento e justiça.

Mais do que isso. Quando se viaja pelo Brasil real, percebe-se que a cidadania está disposta a ir à luta para conquistar o destino que merecemos. Trata-se de um povo que não abaixa a cabeça face aos desafios do presente.

O otimismo popular, além de ser uma das melhores características da cultura nacional, tem razão objetiva de ser.

A agricultura e a agroindústria brasileiras, espalhadas por 8,5 milhões de quilômetros quadrados, encontram-se entre as mais avançadas e competitivas do mundo.

A nossa riquíssima biodiversidade, se for tratada com o respeito que a natureza merece, é uma fonte inesgotável de recursos.

Ainda somos uma nação industrial, mesmo depois da abertura indiscriminada dos anos 90, que destruiu setores importantes da nossa economia.

Produzimos aviões, automóveis e bicicletas. Centrais telefônicas, máquinas agrícolas, aço e calçados. Vacinas, remédios, alumínio e tecidos. Eletrodomésticos, derivados de petróleo, cimento, vidro e papel. Ou seja, o parque industrial brasileiro cobre desde setores tradicionais até áreas de ponta.

Temos, além disso, uma rede comercial moderna e de grande porte.

Contamos com uma classe trabalhadora experiente e qualificada que, ao longo da história, tem dado provas de capacidade produtiva e virtude republicana.

Enfim, possuímos as condições necessárias para o desenvolvimento de um robusto mercado interno de massas, com a inclusão de milhões de brasileiros hoje excluídos do consumo.

O que surpreende e provoca indignação, na verdade, é a atitude do governo, que virou as costas ao potencial do país e renunciou a qualquer estratégia nacional de desenvolvimento.

Sabemos que não é possível nem desejável fechar o Brasil ao mundo. Tanto no plano econômico quanto político e cultural o Brasil está fortemente entrelaçado com outras nações e queremos que os laços se aprofundem cada vez mais.

Mas esses vínculos não serão nada positivos se continuarmos, como nos últimos anos, a reboque de projetos alheios aos interesses nacionais. Isto é, se nos limitarmos a aplicar de modo servil receitas dogmáticas de terceiros, que aliás não são aplicadas em seus países de origem.

A inserção do Brasil no mundo só será benéfica se o país tiver um projeto claro. Se souber aonde quer chegar, identificando com realismo o que serve e o que não serve aos seus objetivos

estratégicos.

Somos a favor do livre-comércio, desde que os países possam competir em igualdade de condições. Nesse sentido, é preciso resgatar o Mercosul e, a partir dele, negociar a integração mais ampla das Américas. A liderança ativa do Brasil na América do Sul é vital para que o continente supere a crise e não se desagregue. Nossa ajuda aos países vizinhos deve ser concreta e imediata.

A proposta da ALCA, tal como formulada hoje, representa menos uma verdadeira integração e mais uma forma de anexação.

Todos os países desenvolvidos tiveram e têm o seu projeto nacional. Integram-se ao mundo a partir dele, seja em âmbito regional seja em escala planetária.

Claro que devemos aproveitar, e com toda ousadia, os espaços abertos pela mundialização. Mas temos ao mesmo tempo o direito — e o dever — de proteger o país dos riscos globais.

O povo brasileiro não aceita mais a dependência atual e a atitude subalterna do governo. Por todo lugar que vou, sinto que o orgulho nacional renasce. E não há nisso nada de xenofobia nem de nacionalismo estreito, sectário. A população exige é que recuperemos a soberania para decidir de modo autônomo a política econômica e os destinos do país.

O governo cedeu a absurdas exigências externas e deixou o país estagnado. Não fez o que era necessário e possível para proteger a população, sobretudo os segmentos de baixa renda, dos efeitos perversos da globalização.

A evolução do PIB nos anos Fernando Henrique foi medíocre. No século XX, somente os governos de Wenceslau Brás, na Primeira Guerra Mundial, de Washington Luiz, na crise de 1929, e o de Collor fizeram o país crescer menos do que no período de FHC, o qual apresenta uma taxa média de apenas 2,3% de expansão do PIB ao ano.

O Brasil precisa de pelo menos o dobro de crescimento para gerar os empregos e a renda necessários tanto à classe média quanto às camadas populares.

O governo deixou de fazer as reformas, como a tributária, que o país precisava para sair da paralisia.

Não realizou negociações soberanas para ampliar o nosso mercado externo nem priorizou as exportações.

Não combateu a pobreza que atinge 53 milhões de brasileiros.

Não enfrentou o desemprego, que em 2000 já atingia 11,4 milhões de trabalhadores.

Não foi capaz de diminuir a corrupção nem o crime organizado.

Agora, outra vez movido por interesses eleitorais, o governo acaba de agravar a situação. Cometeu um erro crasso ao dizer que o resultado das urnas poderia nos levar a uma situação parecida com a da vizinha Argentina. A economia, já vulnerável pela própria política do governo, entrou novamente em retração.

Há uma percepção popular de que os preços da cesta básica começam a subir, mesmo não estando vinculados ao dólar.

Os pártios das montadoras de automóveis estão superlotados. As vendas de eletrodomésticos estão caindo.

A CSN, símbolo da industrialização brasileira, acaba de ser incorporada por um grupo estrangeiro.

O crescimento do



desemprego já atinge quase dois milhões de trabalhadores só na grande São Paulo.

Há um recrudescimento do crime organizado, muitas vezes favorecido pela omissão governamental, como se pode observar no Espírito Santo.

O PT nunca se omitiu e não se omitirá agora diante da crise. Governamos com reconhecido sucesso e responsabilidade 50 milhões de brasileiros. Nossa coligação estará sempre disposta a defender o Brasil e a evitar o pior.

Mas não podemos nos contentar apenas em evitar o pior. Não podemos ter uma postura defensiva, recuada, agachada diante da crise. O Brasil não pode acovardar-se. Até porque a atitude recuada não resolve nada, ela na verdade só alimenta a crise.

O único modo consistente e duradouro de evitar a crise é vencê-la. E isso se faz combatendo as suas causas. Enquanto a economia brasileira estiver estagnada e os juros continuarem nas alturas, enquanto a especulação for mais atrativa do que a produção, os papéis valerem mais do que os empregos, seremos sempre vulneráveis.

A maneira de superar a crise é fazer o Brasil voltar a crescer. Sim, eu sei que os obstáculos existem e são poderosos, mas isso não significa que o Brasil deve render-se à crise.

Basta de passividade e de fatalismo. O país tem margem de manobra.

Temos que ser ao mesmo tempo responsáveis e criativos.

Não estamos condenados à vulnerabilidade, à insegurança e à miséria. Podemos nos defender com eficácia sem deixar de avançar. A seleção brasileira demonstrou nos gramados da Ásia que é possível ser defensivo e ofensivo ao mesmo tempo. Ou alguém acha que teríamos sido campeões do mundo se ficássemos apenas evitando os gols dos adversários?

Os partidos e as amplas forças sociais e políticas que apoiam a minha candidatura e a do senador José Alencar querem mudar o rumo do Brasil.

Sabemos que no mundo de hoje não é possível um desenvolvimento isolado, mas é necessário levantar a cabeça e confiar em nós mesmos.

Muitos nos perguntam como é possível crescer com as enormes restrições geradas pela vulnerabilidade da economia nacional e pela instabilidade internacional. Aqui é preciso deixar claro que a única verdadeira garantia para a superação da nossa fragilidade está exatamente na mudança do modelo econômico.

Precisamos superar a perigosa combinação de dependência do capital externo, juros altos e baixo crescimento, que fazem

minha obsessão. A economia não deve ser um fim em si mesmo. Ela deve ser um instrumento a serviço da vida.

Vamos investir na construção de moradias, setor intensivo em mão de obra. A construção civil, responsável por 13,5 milhões de empregos, tem a vantagem de não exercer pressões significativas sobre a balança comercial, uma vez que consome insumos, matérias primas e produtos elaborados no Brasil. Vamos investir em obras de infraestrutura, que também absorvem mão de obra, e estimular o capital privado a fazer o mesmo.

No campo, vamos realizar uma reforma agrária pacífica e negociada, que seja capaz de assentar centenas de milhares de famílias, com isso garantindo-lhes trabalho e sobrevivência digna.

Vamos apoiar a agricultura familiar e a empresarial, com assistência técnica e financiamento para o transporte, a armazenagem e a comercialização. Nas pequenas cidades, vamos estimular o empreendedorismo das populações locais, de modo a que abram os seus próprios negócios. Valorizar as raízes do homem do campo em sua própria terra e reverter o esvaziamento do interior será também uma de nossas metas.

Quero apoiar de modo vigoroso a pequena e a média empresa, pois elas empregam grande quantidade de trabalhadores. É também compromisso de nosso governo estimular e amparar as iniciativas de economia solidária, como as cooperativas de crédito, consumo e produção, pois elas representam uma alternativa importante para que o desempregado saia, por sua própria iniciativa, da situação angustiante em que se encontra.

Outro compromisso fundamental será o combate à fome e à pobreza, que atingem 53 milhões de brasileiros. É possível, desde que haja vontade política, fazer crescer em 30% ou até 40% a produção de alimentos apenas

por meio de políticas ativas de emprego e renda, os postos de trabalho necessários. O desafio é enorme, mas assumo o compromisso de perseguir essa meta com todas as minhas forças. Criar empregos será a

pelos usos de capacidade ociosa já instalada na indústria alimentícia.

Por isso, lancei o projeto Fome Zero, a proposta mais consistente de combate à fome já elaborada no país.

Além de medidas estruturais, o Fome Zero prevê a distribuição de cupons para obtenção de comida subsidiada pelos mais necessitados. O aumento da produção que daí decorrerá, vai trazer de volta, na forma de impostos, uma boa parte do investimento social realizado, além de gerar empregos.

Muitos se perguntam de onde virá o dinheiro para a implantação de um programa como esse. Mas os cálculos que realizamos mostram que basta reduzir em alguns pontos percentuais a taxa de juros para obtermos os recursos necessários. Além disso, a transparência e o controle social evitarão o enorme desvio de verba que existe hoje.

Para combater a pobreza, assumo também o compromisso de promover uma elevação gradual e sustentada do salário mínimo, com o objetivo de dobrar em quatro anos o seu valor real.

Não menos importante é o nosso compromisso de combater o crime organizado e a corrupção. Já apresentei ao país e ao próprio Presidente da República um Programa Nacional de Segurança.

A educação e a saúde continuam a ser desafios enormes para o Brasil. O meu governo compromete-se a investir fortemente nessas áreas. Sem desconsiderar o papel complementar da iniciativa privada, faço questão de reafirmar aqui o meu compromisso fundamental com a saúde pública e a escola pública, da pré-escola à universidade.

Faço questão de me comprometer, igualmente, com o combate às discriminações. Adotaremos políticas afirmativas para garantir direitos iguais a todos, sem distinção de gênero, etnia, raça, condição física, crença religiosa ou opção sexual. Queremos eliminar as desigualdades, valorizando as diferenças.

Além dos compromissos que acabo de assumir, queremos, por meio de uma ampla negociação social, realizar cinco grandes reformas. A reforma agrária, de que já falei, a tributária, a previdenciária, a trabalhista e a política.

Sei que a viabilidade das propostas que constam do programa que tenho a honrar de entregar hoje ao país dependem não só de que os eleitores escolham meu nome e o de José Alencar em outubro próximo. É preciso um novo contrato social, que envolva todos os setores do país. Por isso, ofereço este programa para o debate e a reflexão dos brasileiros e brasileiras. Ele foi elaborado ao longo de muitos meses, com a ajuda de centenas de técnicos e em diálogo intenso com a sociedade. Continuamos abertos a sugestões e dispostos a aperfeiçoá-lo.

Nosso povo já enfrentou grandes desafios e os superou. Nas décadas de 1930 e 40, aproveitamos a crise mundial para industrializar o país. Nos anos 50, construímos uma bela capital no meio do cerrado, símbolo da integração nacional. Nos 80, recuperamos a liberdade e a democracia depois dos terríveis anos de chumbo.

Se a maior riqueza de um país é o seu povo, tenho a certeza de que o Brasil saberá superar as atuais dificuldades e construir, em clima de paz, um destino de progresso e justiça social.

Luiz Inácio Lula da Silva
Brasília, 23 de julho de 2002

ENTREVISTA

Snai alerta para novos ataques

O secretário nacional de Assuntos Institucionais do PT, Vicente Trevas, diz que há uma batalha de comunicação a ser vencida durante esta campanha eleitoral. Segundo ele, os adversários, por meio da mídia convencional, tentam desqualificar os governos petistas que são considerados laboratórios de políticas públicas, muitas delas premiadas por organismos internacionais. De acordo com Trevas, o PT cresceu muito e não está isento de cometer erros e equívocos. “Essa é a experiência da condição humana”, afirma.

A diferença, segundo ele, é a postura do PT diante da verificação de alguma irregularidade. “Nós não jogamos embaixo do tapete. Queremos apurar, nós somos os mais interessados na apuração.” No caso das denúncias em Santo André, por exemplo, o partido apóia todas as investigações: vereadores do partido pediram CPI no episódio.

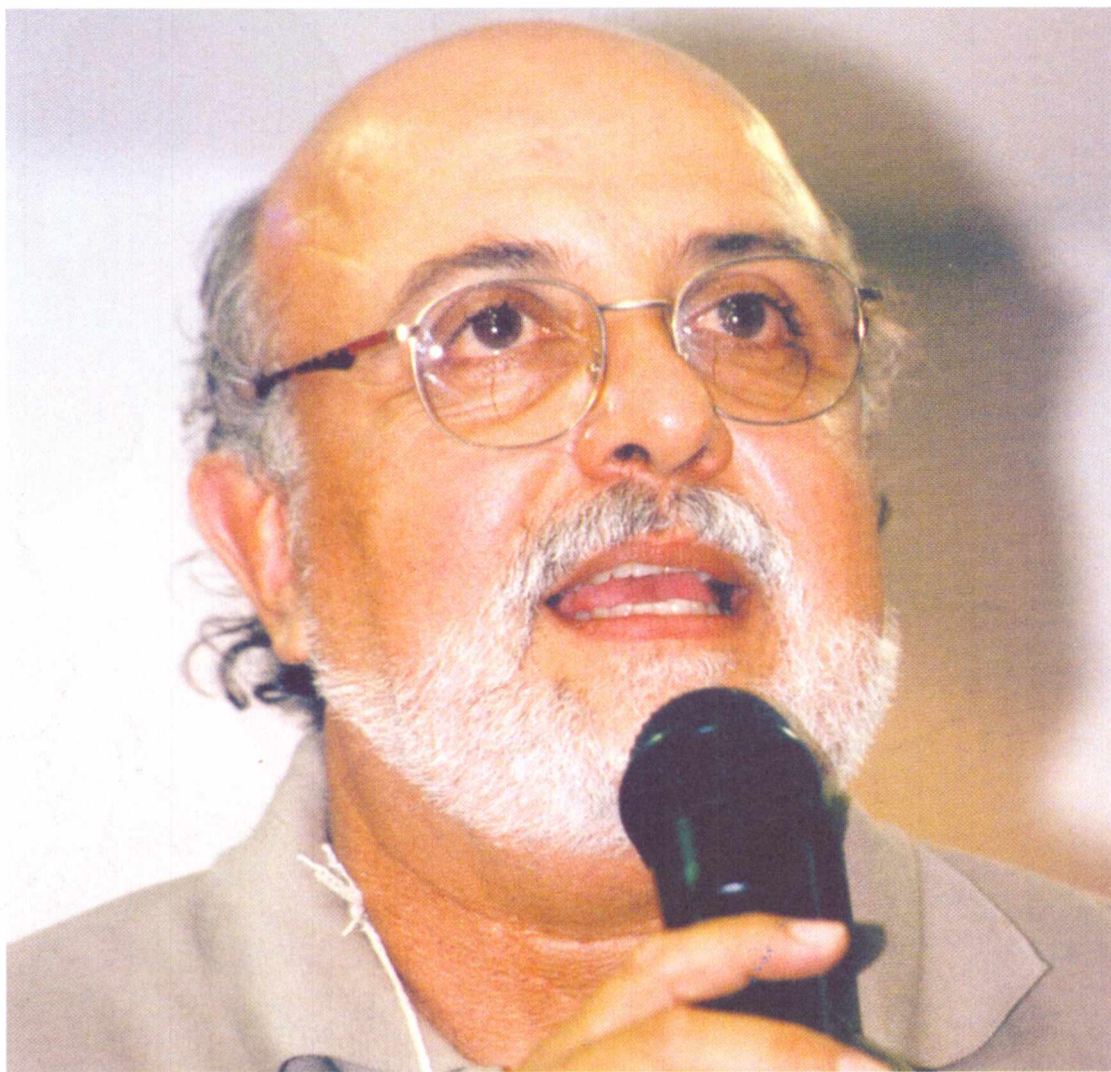
É por isso, disse Trevas, que os ataques a governos petistas não conseguem manchá-los. Leia, a seguir, a íntegra da entrevista.

Governos petistas têm sido alvos sistemáticos de denúncias pela imprensa. O sr. acha que os adversários estão tentando fazer uma campanha para desqualificar os governos petistas?

Sim. Esses movimentos ocorrem em vários Estados e de forma concentrada em São Paulo. Obedecem a seguinte lógica: há algum tempo nós afirmamos que os governos do PT são laboratórios de nossas políticas públicas, são espaços em que o PT afirma sua capacidade de governar e, portanto, são argumentos que expressam aquilo que chamamos metaforicamente de “vitrines” do nosso partido. E nossos adversários têm uma avaliação de que isso é verdade, tanto assim que, nas eleições de 2000, as políticas públicas do PT foram temas de campanha. Em todo o país disputava-se a “paternidade” ou quem melhor realizava programas como Bolsa-Escola, Banco do Povo, Médico de Família e Orçamento Participativo. Portanto, nossos adversários definiram, há algum tempo, que os nossos governos deveriam ser “vidraças”, ou seja, situações a partir das quais eles tentariam desqualificar os nossos candidatos e o nosso partido. Então, o pano de fundo que preside esses ataques é justamente essa lógica de transformar os nossos governos não em vitrine, mas em vidraça.

Como o PT pretende fazer para proteger suas “vitrines” e evitar que elas se tornem “vidraças”?

Acreditamos que os projetos que desenvolvemos em nossos governos são experiências consistentes. Isso não é só uma opinião



O secretário nacional de Assuntos Institucionais do PT, Vicente Trevas

partidária ou daqueles que acompanham nossos governos, mas é também a opinião de organismos internacionais e de entidades da sociedade civil que, através de vários mecanismos, avaliam periodicamente essas experiências. Tanto assim que, em todas as premiações, em todos os mecanismos de avaliação de políticas públicas, os nossos governos sempre têm projetos e sempre estão na lista dos premiados. No último dia 17 de julho, por exemplo, o Conselho Federal de Contabilidade deu uma premiação chamada Gestão Fiscal Responsável às prefeituras. E a prefeitura que ganhou o primeiro lugar entre as cidades de mais de 50 mil habitantes foi a de Concórdia (SC), que é administrada pelo PT. Isso expressa nossa convicção de que as nossas políticas públicas são estratégicas, são consistentes, expressam a construção partidária de anos. Portanto, não serão esses ataques, que têm claramente uma conotação eleitoral, que irão desconstituí-las.

A Prefeitura de Santo André (SP) vem sendo alvo sistemático de ataques, mas teve muitas de suas políticas públicas premiadas. Este é um caso que querem transformar em “vidraça”?

Hoje a Prefeitura de Santo André está sendo alvo de um ataque feroz, inclusive um ataque que já está produzindo e revelando suas inconsistências. No dia 14 de julho, o jornal *Folha de S. Paulo* revelou que os dois contratos que hoje são objetos de arguição judicial por parte do Ministério Público haviam sido aceitos como legais pelo próprio Ministério Público. É importante esclarecer por que uma mesma instituição, usando uma mesma referência técnica (os relatórios do Tribunal de Contas do Estado), está com duas posturas opostas.

Todo esse ataque a Santo André não pode, em nenhum momento, fazer com que nosso partido e nossa militância esqueçam o seguinte: Santo André foi e continua sendo um laboratório das nossas políticas públicas, um espaço de construção do modo petista de governar. E essa opinião não é só minha ou do partido, mas é uma opinião reconhecida por todos aqueles que acompanham as experiências inovadoras das cidades no Brasil e no exterior. Nos últimos quatro anos, por exemplo, projetos exitosos de Santo André foram reconhecidos por diferentes instituições. Em 1999, o prefeito [Celso Daniel, assassinado em janeiro deste ano] recebeu o prêmio Prefeito Amigo da Criança, da Fundação Abrinq, com o projeto “Andrezinho Cidadão”; a prefeitura recebeu também o prêmio de Programa de Gestão Pública e Cidadania por meio do “Programa de Modernização Administrativa de Santo André”; em 2000, continuou sendo premiado o programa de gestão pública e cidadania, desta vez pelo “Programa de Inclusão Social”; em 2001, a prefeitura andreense recebeu sete premiações: uma da Caixa Econômica, uma da Volvo, outra de excelência da informática pública, de cidade eficiente em energia elétrica, entre outros.

Então o sr. acredita que a prefeitura seja atacada por causa de suas virtudes?

Exatamente. É fundamental que a militância tenha consciência disso.

O ataque se dá porque nossas cidades estão desenvolvendo uma alternativa política de governar, que são as gestões petistas. Tudo isso entra naquela lógica inicial da desqualificação. Eles [os adversários] perceberam que nossas experiências de governo são reais vitrines, e

portanto estão numa operação de estado-maior, articulada, consensada, com operadores e recursos tentando inverter o quadro, ou seja, tentando transformar as vitrines em vidraças. Essa é a lógica que explica esses ataques tão intensos em relação às nossas governos.

O que eles estão tentando provar? Várias coisas, em especial, que o nosso partido e os nossos governos são iguais a todos. É a tese da vala-comum. Todos os políticos são iguais, todos fazem a mesma coisa.

E o PT não é igual aos outros em quê?

A questão é a seguinte: nós somos um partido em expansão, estamos crescendo, somos uma força política em expansão no país. Portanto, nós estamos incorporando novos segmentos sociais ao partido e, certamente, isso pode ensejar dificuldades. Nós somos um partido que, como toda organização humana, é sujeita a contradições. Qual é a diferença que nós queremos preservar e afirmar? É que, diante de irregularidades, nosso partido e nossos governos não põem as coisas debaixo do tapete. Agora, o que está havendo são insinuações. Governantes e gestores públicos do Partido dos Trabalhadores poderão cometer irregularidades? Claro que sim. Essa é a experiência da condição humana.

Mas é importante repetir: a diferença é a nossa postura quando ocorre e verificamos irregularidades. Nós queremos apurar, nós somos os mais interessados na apuração. E já demos provas disso. Durante a gestão de Jacó Bittar na Prefeitura de Campinas [1989-1992], por exemplo, houve um contencioso entre o PT e o prefeito, e nós argüimos o prefeito. Não abrimos mão de nossos princípios e de nossas orientações e acabamos rompendo [Bittar acabou se

desligando do partido e hoje está no PSB]. Pagamos um preço político, mas foi uma atitude correta. O partido se reconstruiu e, através da liderança de nosso companheiro Toninho [Antônio da Costa Santos, morto no ano passado] e de outros companheiros, nós voltamos à Prefeitura de Campinas, que hoje é governada pela prefeita Izalene Tiene.

Então, nós já demos provas — não é um discurso, mas uma postura nossa de que, face a irregularidades ou políticas que contrariam nossas orientações partidárias, nós não vacilamos.

Nesse momento de campanha, o que os militantes podem fazer para ajudar a evitar que os governos se tornem “vidraças”?

Nós precisamos entender que esse ataque aos nossos governos faz parte de uma guerra de comunicação, lembrando sempre que o processo eleitoral é fundamentalmente — e infelizmente — um processo de desqualificar o adversário. Evidentemente, estamos em profunda desvantagem nessa batalha de comunicação. Um partido como o nosso, hoje o maior partido de oposição do país, uma força política considerável, nós não temos nenhum jornal diário, não temos nenhum canal de televisão, não temos nenhuma estação de rádio do nosso lado. Espero que a médio prazo a gente possa reverter essa desigualdade, porque isso ameaça a democracia. Portanto nós

estamos com poucos recursos de comunicação. Nesse sentido temos que potencializar aquilo que já temos. É importante que a imprensa partidária — nossos portais na internet, nossos jornais — sejam capazes de ser fontes de informação e, a partir de estruturas próprias em cada cidade, em cada Estado, a gente possa reproduzir os nossos argumentos. Por outro lado, nós estamos pedindo aos nossos governos que aumentem sua capacidade de fornecer informação. É importante que eles informem os seus argumentos ao conjunto do partido e esclareçam a opinião pública.

Todos os nossos governos assumem o princípio da transparência. São governos que realizam Orçamento Participativo e, portanto, discutem os seus recursos; são governos que estimulam a participação da população através de outros mecanismos, como os conselhos setoriais. O drama todo é que nós estamos em um processo especial que é o processo eleitoral. É uma guerra, e grande parte da imprensa exerce funções de partidos políticos, candidaturas e teses políticas, e nós estamos numa situação de muita desigualdade.

Por isso é importante que

nosso partido reforce seu sistema de comunicação. Agora, o mais importante é que nós tenhamos a certeza e a clareza de que o partido tem esses compromissos da transparência, do interesse público — esses são nossos principais argumentos. E nós temos dado prova disso ao longo desses anos em que governamos cidades e Estados.

Como funciona essa batalha da comunicação?

Evidentemente o adversário tem muitos recursos. Eles têm os recursos da grande mídia, eles têm recursos capazes de levantar suspeição e deixar no ar justamente a dúvida sobre nossos governos. Muitas vezes nosso adversário faz uma operação na guerra da comunicação para produzir uma manchete de jornal. E essa manchete é munição que ele produz para quando isso puder ser universalizado pela via da comunicação de massa, fazê-lo.

Nessa lógica podemos incluir, entre outros exemplos recentes, uma reportagem que tentava provar que a Prefeitura de São Paulo havia superfaturado na compra de palmeiras. A material estava errado e eles tiveram que assumir o erro em nova matéria que desmentia a primeira. Outro exemplo é o de um editorial de um outro jornal que, para demonstrar que se tratava não de um caso isolado, mas de uma grande conexão petista, denunciava três prefeituras, das quais duas não eram do PT. Isso porque o editorial já tinha uma tese pré-concebida de que era preciso demonstrar que o PT é igual a todos os partidos.

Por que eles estão com essa preocupação? Porque eles sabem que há uma expectativa na sociedade brasileira de ética na política, da noção de que o governante tem de se pautar pelos princípios da moralidade pública, do interesse público. E como essas são marcas do nosso partido, eles querem desconstituí-las.

Evidentemente toda essa intensidade e voracidade de denúncias contra a Prefeitura de Santo André tinha o objetivo de paralisar a campanha porque, como todos sabem, quiseram atingir o coração de nossa campanha. Ao acusar nosso presidente nacional do partido, José Dirceu, e nosso companheiro Gilberto Carvalho, queriam atingir o núcleo da campanha. Isso não produziu os resultados desejados. De qualquer maneira, insisto em que estamos numa batalha da comunicação. E que é importante entender a natureza dessa batalha e portanto ter argumentos e afirmar os princípios democráticos e civilizatórios construídos pela humanidade: o ônus da prova é de quem acusa; as pessoas são inocentes até prova em contrário.

(Priscila Lambert)

GOVERNO

ONU elogia ação em Porto Alegre

O Relatório de Desenvolvimento Humano da ONU-2002 (Organização das Nações Unidas) divulgado no último dia 23 faz menção à experiência do orçamento participativo em Porto Alegre (RS) como exemplo de transparência administrativa e de sucesso na democratização dos serviços públicos.

O Orçamento Participativo (OP) é um processo pelo qual a população decide, de forma direta, a aplicação dos recursos em obras e serviços que serão executados pela administração municipal.

Segundo dados deste relatório, desde que a capital sulista introduziu o OP, em 1989, os ganhos para a população pobre foram notáveis. "O número de casas com acesso a água canalizada passou de 80% para 98%; o número de casas com acesso a melhores condições de saneamento básico saltaram de 46% para 85%; e o número de crianças matriculadas na escola pública dobrou", diz o documento.

O texto explica que os cidadãos participam de duas reuniões anuais organizadas pelo governo local, quando elencam cinco setores prioritários de uma lista de 14 (canalização de esgoto, moradia, pavimentação, educação, assistência social, saúde etc), revisando demandas regionais e a alocação de recursos.

O OP chega ao seu 14º ano em Porto Alegre respaldado por diversos instrumentos de participação popular. Entre eles, o seu próprio Conselho e o Fórum de Delegados, integrado por líderes comunitários, sindicatos, movimento popular, Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente, Conselhos Regionais de Assistência Social, Conselho Municipal de Educação etc. Também os fóruns como o

de Pessoas Portadoras de Deficiências.

Segundo informações fornecidas pela Prefeitura de Porto Alegre, até 2001, 45 mil pessoas reuniram-se a cada ano para discutir a aplicação do orçamento municipal. Para a ONU, a experiência é uma das 40 melhores práticas de gestão pública urbana no mundo. O Banco Mundial também reconhece o processo de participação popular de Porto Alegre como um exemplo bem-sucedido de ação comum entre governo e sociedade civil.

Brasil

O relatório da ONU traz o Brasil em 73º lugar no ranking mundial de desenvolvimento humano — ganhou duas posições em relação ao ranking anterior. Apesar da sutil melhora, o documento mostra que o país não consegue transformar, de forma adequada, a melhoria de renda da população em bem-estar social, ou seja: tem taxas de alfabetização e expectativa de vida baixas para seu nível de riqueza.

O ranking dos países é baseado no IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) que, segundo o relatório, apresentou uma desaceleração em seu crescimento nos últimos cinco anos medidos. O índice leva em conta três fatores: um indicador de expectativa de vida, uma medida educacional baseada na alfabetização e no nível de matrículas e o PIB per capita ajustado pelo poder de compra em cada país.

Entre os 173 países, o Brasil fica na 60ª posição no ranking se for considerado apenas o PIB per capita. É justamente a diferença de 13 colocações entre os dois rankings — de renda e de desenvolvimento humano — que faz com que o relatório conclua que o avanço social não acompanhou o avanço econômico no Brasil.

(Priscila Lambert)



Saretta, de Concórdia, recebe prêmio das mãos de FHC

Gestão fiscal dá prêmio a petista

Seriedade no gasto de cada centavo que entra nos cofres públicos. Este é o método de governar do prefeito de Concórdia (SC), Neodi Saretta, do PT, que recebeu no dia 17 de julho o prêmio por melhor gestão fiscal do país. O certificado foi entregue ao petista pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, no Palácio do Itamaraty. "Responsabilidade fiscal é uma prática comum do PT", afirmou Saretta.

Para ganhar a premiação, o prefeito abriu aos olhos da prefeitura ao Conselho Federal de Contabilidade que, em parceria com o Instituto Ethos de Responsabilidade Social e a Trevisan Auditores, conferiram o certificado. Concorreram ao prêmio

1.246 prefeituras. O petista foi o primeiro colocado na categoria de prefeituras com mais de 50 mil habitantes.

Saretta explicou que atuou para obter a reestruturação e contenção dos gastos públicos com reaproveitamento de pessoal, redução da terceirização dos serviços e revisão das licitações e da prestação de serviços.

A prefeitura diminuiu ainda o estoque de débitos em dívida ativa e aumentou a arrecadação. "Em Concórdia, conseguimos atingir o índice de 26% da receita em investimento, fato raro", considerou. No município, mais de 5 mil pessoas opinaram no direcionamento dos gastos na elaboração do Orçamento Participativo. (PL)

Empresa de Santo André comete irregularidade

O deputado Professor Luizinho (PT-SP) apresentou à imprensa no último dia 24 de julho documentos que provam que a empresa Expresso Guarará, responsável pela denúncia de suposta cobrança de propina na Prefeitura de Santo André, cometeu crime de evasão fiscal com fortes indícios de lavagem de dinheiro.

Uma auditoria realizada nas contas da Expresso Guarará, promovida pela Semger Wagner Auditores S/C, mostrou que a empresa deixou de registrar em sua contabilidade, entre agosto de 2001 e janeiro de 2002, R\$ 805 mil. Segundo a auditoria, a evasão pode chegar a R\$ 3,5 milhões.

A auditoria provou ainda que a Expresso Guarará, que alegava dificuldades

no valor de R\$ 2,4 milhões, junto ao Banco Santos, e remetido o dinheiro para a conta da empresa Contaserv Serviços S/C Ltda, cujo controle acionário pertence à Edalco Sociedad Anonima, do Uruguai. Em seguida, o dinheiro voltou para a conta da Expresso Guarará por meio de operação de câmbio. Segundo o Professor Luizinho, essa manobra tem indícios de lavagem de dinheiro.

O deputado entrou com representação, ontem, junto à Receita Federal pedindo a apuração dos fatos. Os documentos foram protocolados ainda no Ministério Público Federal, em São Paulo, e no Banco Central.

Represália

O deputado diz que as denúncias da empresa e do médico João Francisco

Daniel, irmão do prefeito Celso Daniel, assassinado em janeiro, "foram movidas em represália à investigação iniciada pela prefeitura de Santo André, no dia 8 de maio, por descumprimento de contrato de prestação de serviços".

"A Expresso Guarará, da família Gabrilli, não vinha cumprindo os serviços que deveria prestar à prefeitura e, mesmo assim, exigia uma quarta prorrogação dos contratos. Como seu pedido não foi atendido pela prefeitura, que decidiu investigar a situação da empresa, eles lançaram a denúncia de cobrança de propina contra a Prefeitura de Santo André", afirma o parlamentar.

O contrato da Guarará com a prefeitura foi firmado em julho de 1999. "Após ganhar a concorrência, a empresa começou a

apresentar problemas para cumprimento dos prazos. Ela pediu e a prefeitura chegou a aditar o contrato por três vezes, em julho de 2000, janeiro de 2001 e agosto de 2001", explica Luizinho.

Após esses três aditamentos, a Guarará ainda solicitou "um alívio" nas condições de cumprimento do contrato, por meio do irmão do então prefeito Celso Daniel, João Francisco, apontado em depoimentos feitos na CPI que apura irregularidades na prefeitura de Santo André, como lobista da empresa. O pedido não foi atendido.

Em fevereiro, após a morte de Celso Daniel, a empresa voltou a pedir o quarto aditamento do contrato à prefeitura. Professor Luizinho conta que o prefeito João Avamileno disse que precisaria de respaldo para

atender à solicitação, uma vez que a empresa não tinha cumprido os aditamentos anteriores. Em março, a Guarará informou que dava o contrato por encerrado, mesmo não tendo realizado o conjunto de obras. Alegava ter gasto R\$ 11,5 milhões, quase o dobro do previsto, R\$ 6,5 milhões.

No dia 8 de maio, explica Luizinho, a prefeitura constituiu uma comissão especial para averiguar porque a empresa que havia ganhado a concorrência pública pedira tão pouco, e gastara tanto, como alegava. Em seguida, logo após a instalação da comissão, em 24 de maio, João Francisco Daniel procurou o Ministério Público, quando lançou as denúncias sobre a suposta cobrança de propina.

Nada a esconder

O deputado petista diz

que, apesar das evidências de que a Expresso Guarará agiu em retaliação às ações da prefeitura, o PT faz questão de apurar até o fim todas as denúncias.

"O partido já entregou mais de 60 mil cópias de documentos ao Ministério Público, contratou uma auditoria externa para analisar todos os contratos da administração e a Câmara de Vereadores instalou uma CPI. Não temos nada a esconder", afirma.

"Não quero trocar o eixo das denúncias. É de nosso interesse apurar todas as acusações até o final. Mas também não aceitamos que a Expresso Guarará se utilize de denúncias vazias na tentativa de esconder o descumprimento de suas obrigações para com a população de Santo André."

(Agência Informes)